



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Presidência

OF. PRESI Nº 1700

Rio Branco-AC, 21 de novembro de 2025.

A Sua Excelência, o Senhor  
Deputado **Nicolau Júnior**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC  
Rio Branco - AC  
Assunto: Projeto de Lei Complementar

À SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
PARA SUA TRAMITAÇÃO  
Em 26/11/25  
Presidente

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, e nos termos do art. 93 e inciso VII do art. 94, ambos da Constituição do Estado do Acre, encaminho a Vossa Excelência proposta de alteração da Lei Complementar Estadual n.º 258/2013.

Seguem, em anexo ao presente ofício, os seguintes documentos:

- a) Projeto de Lei Complementar (Id n.º 2265228);
- b) Exposição de Motivos do Projeto (Id. n.º ???????2265231);
- c) Cópia do Acórdão proferido pelo Pleno Administrativo deste Sodalício nos autos SAJ n.º 0102039-03.2025.8.01.0000 (Id n.º 2264496);

Convicto de que Vossa Excelência haverá de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito-lhe a valiosa colaboração no sentido de dar andamento a este projeto no âmbito da Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Acre, em regime de urgência.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Desembargador Laudivon Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, Presidente do Tribunal, em 24/11/2025, às 06:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2265234** e o código CRC **61314322**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

Classe : Processo Administrativo n. 0102039-03.2025.8.01.0000  
Foro de Origem : Rio Branco  
Órgão : Tribunal Pleno Administrativo  
Relatora : Des<sup>a</sup>. Regina Ferrari  
Requerente : Vice - Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.  
Assunto : Inquérito / Processo / Recurso Administrativo

**Ementa:** DIREITO ADMINISTRATIVO E ORGANIZACIONAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO. ADEQUAÇÃO NORMATIVA DO REGIMENTO INTERNO E DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA À RESOLUÇÃO CNJ N° 72/2009. CONVOCAÇÃO DE JUÍZES AUXILIARES PARA A VICE-PRESIDÊNCIA. SUPRESSÃO DE LIMITAÇÕES TEMPORAIS INCOMPATÍVEIS COM A NORMA NACIONAL. APROVAÇÃO.

**I. CASO EM EXAME**

1. Processo administrativo instaurado a partir do Ofício n° 6563/COJURI, subscrito pelo Desembargador Júnior Alberto Ribeiro, com proposta de Emenda Regimental para alterar o § 4° e revogar o § 5° do art. 361 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (RITJAC), visando à adequação à Resolução n° 72/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especialmente quanto às regras de convocação de juízes auxiliares para a Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça.

2. No curso da análise, verificou-se a necessidade de sanar omissão do RITJAC relativa à convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência, hipótese prevista no art. 9° da Resolução CNJ n° 72/2009, mas ainda sem previsão legal na Lei Complementar Estadual n° 221/2010 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre).

3. Propõe-se, assim, (i) Projeto de Lei Complementar Estadual para autorizar expressamente a convocação de juízes

1





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

auxiliares para a Vice-Presidência e (ii) Emenda Regimental para alinhar o RITJAC à norma nacional, suprimindo entraves temporais e inserindo o novo mecanismo regimental.

## II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

4. Há duas questões em discussão:

(i) definir se é necessária a alteração da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 para autorizar a convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Acre;

(ii) estabelecer se o Regimento Interno do Tribunal deve ser modificado para adequar as regras de convocação às disposições da Resolução CNJ nº 72/2009, eliminando restrições temporais e incluindo a previsão para a Vice-Presidência.

## III. RAZÕES DE DECIDIR

5. A Resolução CNJ nº 72/2009 distingue, em seus arts. 5º e 9º, as hipóteses de convocação de magistrados: a primeira, para auxílio jurisdicional por acúmulo de serviço, sujeita a limites temporais; a segunda, para auxílio administrativo à Presidência, Corregedoria e Vice-Presidência, sem tais restrições.

6. O art. 9º, caput, da Resolução CNJ nº 72/2009 autoriza expressamente a convocação de até dois juízes para auxiliarem a Vice-Presidência, razão pela qual a ausência de previsão correspondente na Lei Complementar Estadual nº 221/2010 configura lacuna normativa a ser suprida mediante alteração legislativa.

7. A inserção da previsão na Lei Complementar estadual confere fundamento legal e segurança jurídica à convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência, atendendo ao princípio da legalidade

2





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

administrativa e possibilitando a estruturação adequada do órgão diretivo.

8. A supressão do § 5º e a alteração do § 4º do art. 361 do RITJAC harmonizam o Regimento Interno com a Resolução CNJ nº 72/2009, afastando a indevida aplicação analógica das limitações temporais próprias do art. 5º da referida Resolução.

9. A medida promove a eficiência administrativa (CF, art. 37), pois assegura a continuidade de projetos estratégicos e o aproveitamento da experiência institucional de magistrados que já exerceram funções auxiliares, evitando rupturas na gestão.

10. A inclusão da Vice-Presidência no rol de órgãos autorizados a solicitar juízes auxiliares, mediante alteração do art. 362 do RITJAC, equipara sua estrutura de apoio à da Presidência e da Corregedoria, conforme diretrizes do CNJ.

#### IV. DISPOSITIVO E TESE

11. Projeto de Lei Complementar Estadual e Proposta de Emenda Regimental aprovadas.

*Tese de julgamento:*

1. A convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência exige prévia autorização na Lei de Organização Judiciária estadual, a ser inserida por meio de Lei Complementar.

2. O Regimento Interno deve ser adequado à Resolução CNJ nº 72/2009, suprimindo restrições temporais incompatíveis e incluindo a Vice-Presidência entre os órgãos que podem contar com juízes auxiliares.

3. A adequação normativa visa assegurar conformidade com o CNJ e promover a eficiência administrativa, continuidade

3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

institucional e segurança jurídica na gestão do Tribunal.

*Dispositivos relevantes citados:* CF/1988, art. 37, caput; Resolução CNJ nº 72/2009, arts. 5º e 9º; Lei Complementar Estadual nº 221/2010, arts. 7º e 70; Regimento Interno do TJAC, arts. 361 e 362.

*Jurisprudência relevante citada:* não há precedentes citados.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Processo Administrativo n. 0102039-03.2025.8.01.0000, ACORDAM os Senhores Desembargadores do Tribunal Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, à unanimidade, aprovar o projeto de lei complementar estadual e a proposta de emenda regimental, nos termos do voto da relatora e das mídias digitais gravadas.

Rio Branco/AC, 19 de novembro de 2025.

**Des<sup>a</sup>. Regina Ferrari**  
**Relatora**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

## RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do Ofício nº 6563/COJURI, subscrito pelo Exmo. Sr. Desembargador Júnior Alberto Ribeiro. O expediente encaminha exposição de motivos e proposta de Emenda Regimental visando à alteração do § 4º e à revogação do § 5º do art. 361 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça (RITJAC).

A proposição visa adequar o RITJAC à Resolução nº 72/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), especificamente no que tange às regras de convocação de juízes auxiliares para atuarem junto à Presidência e à Corregedoria-Geral da Justiça.

Argumenta-se que a redação atual dos dispositivos regimentais impõe limitações temporais (prorrogação única e período de "quarentena" de quatro anos para nova convocação do mesmo magistrado) que não encontram correspondência no art. 9º da referida Resolução do CNJ, aplicável a essas convocações para auxílio administrativo.

Destaca-se, na exposição de motivos, a distinção entre as convocações para auxílio administrativo (art. 9º da Res. CNJ 72/2009) e aquelas motivadas por acúmulo de serviço jurisdicional (art. 5º da mesma Resolução), sustentando que o limite temporal previsto no art. 5º, § 4º (dois anos, prorrogáveis por igual período) aplica-se exclusivamente a esta última hipótese, não cabendo aplicação analógica à situação do art. 9º.

5





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

A alteração é justificada, ainda, pela necessidade de promover maior eficiência administrativa, princípio insculpido no art. 37 da Constituição Federal, ao permitir que a gestão do Tribunal possa aproveitar a experiência e o conhecimento acumulados por magistrados que já exerceram tais funções auxiliares, evitando quebras de continuidade em projetos estratégicos e na gestão do conhecimento institucional, especialmente em face de iniciativas relevantes em andamento neste Poder Judiciário.

Durante a análise da matéria nesta Comissão, observou-se que o momento seria propício para sanar outra omissão do RITJAC: a ausência de previsão expressa para a convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência, faculdade esta prevista no caput do art. 9º da Resolução CNJ nº 72/2009.

Contudo, aprofundada a análise, verificou-se que a simples alteração do Regimento Interno não seria suficiente para autorizar a convocação para a Vice-Presidência, fazendo-se necessária a alteração também da Lei Complementar Estadual nº 221/2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre.

Dessa forma, para conferir segurança jurídica e fundamento legal robusto à medida, entendeu-se necessária a propositura de duas alterações normativas:

- 1ª) Projeto de Lei Complementar Estadual (conforme minuta no Anexo I), a ser encaminhado à Assembleia Legislativa, para alterar a LCE nº

6



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

221/2010, autorizando expressamente a convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência.

2ª) Proposta de Emenda Regimental (conforme minuta no Anexo II) para não só remover os entraves temporais dos §§ 4º e 5º do art. 361, mas também para inserir no RITJAC o mecanismo regimental para a convocação destinada à Vice-Presidência.

As propostas foram devidamente aprovadas pela Comissão Permanente de Organização Judiciária e Regimento Interno, conforme Acórdão de pp. 227-243.

Na sequência, o feito foi distribuído no âmbito do Tribunal Pleno Administrativo, vindo os autos conclusos a esta Relatoria, por prevenção.

**É o relatório.**

## **VOTO**

A matéria em apreço, conforme detalhado no relatório, demanda uma atuação administrativa em duas frentes normativas distintas, porém complementares. A primeira visa adequar a legislação estadual a uma faculdade prevista em norma do Conselho Nacional de Justiça, e a segunda visa aperfeiçoar o regulamento interno (RITJAC) para alinhá-lo tanto à norma do CNJ quanto aos princípios da eficiência administrativa.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

Passo, portanto, à análise quanto à necessidade de alteração da Lei Complementar e a Emenda Regimental.

**1. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL (ANEXO I)**

O primeiro ponto de análise refere-se à proposta de alteração da Lei Complementar Estadual nº 221/2010, conforme minuta constante do Anexo I.

Tal medida revela-se indispensável. Como bem apontado na análise que subsidiou o relatório, a simples alteração do Regimento Interno para incluir a convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência careceria de fundamento legal robusto, visto que a Lei de Organização Judiciária é silente sobre o tema.

O art. 9º, *caput*, da Resolução CNJ nº 72/2009 confere expressamente aos Tribunais a faculdade de convocar até dois magistrados para auxílio à Vice-Presidência. Nesse sentido, diante da relevância das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas à Vice-Presidência, notadamente no que concerne à gestão de recursos e à admissibilidade recursal para as instâncias superiores, bem como à coordenação de estruturas estratégicas como o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Acre (CIJAC) e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUPAC), mostra-se conveniente e oportuno positivar a possibilidade de convocação de juízes auxiliares também para este órgão diretivo, conferindo à Vice-Presidência estrutura de apoio compatível com suas crescentes e complexas

8



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

responsabilidades.

Ressalta-se, por oportuno, que a medida conta com o devido estudo de impacto e a comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira, não resultando em óbice legal para sua implementação.

A alteração legislativa proposta vem, portanto, conferir a indispensável segurança jurídica e o alicerce legal para que este Tribunal possa exercer a faculdade prevista pelo CNJ, dotando a Vice-Presidência dos meios necessários para o eficaz desempenho de suas múltiplas atribuições.

Destarte, voto pela aprovação do projeto de Lei Complementar (Anexo I), a ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Acre, juntamente com a devida exposição de motivos (Anexo II).

## **2. DA PROPOSTA DE EMENDA REGIMENTAL (ANEXO II)**

Aprovada a remessa da alteração legislativa, passa-se à análise da proposta de Emenda Regimental (Anexo II), que possui dois objetivos distintos:

### **2.1. Da Supressão dos Entraves Temporais (art. 361, §§ 4º e 5º)**

O cerne da proposição original (Ofício nº 6563/COJURI) é a correção da dissonância entre o RITJAC e a Resolução CNJ nº 72/2009. A exposição de motivos é clara ao demonstrar que os limites atuais - prorrogação única e





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

"quarentena" de quatro anos para reconvocação (art. 361, §§ 4º e 5º do RITJAC) – não encontram amparo no art. 9º da norma do CNJ, que rege as convocações para auxílio administrativo.

A confusão legislativa parece ter se dado pela aplicação analógica indevida dos limites previstos no art. 5º da Resolução (destinado a auxílio por acúmulo de serviço jurisdicional), situação fática e juridicamente distinta.

A manutenção da regra atual, além do desalinhamento normativo, fere o princípio da eficiência administrativa (art. 37, CF). Impede-se que a gestão do Tribunal aproveite a experiência e o conhecimento acumulado por magistrados em funções estratégicas, causando rupturas desnecessárias na continuidade de projetos complexos e relevantes.

Assim, a revogação do § 5º e a adequação do § 4º do art. 361 são medidas que se impõem.

## **2.2. Da Inclusão do Mecanismo de Convocação para a Vice-Presidência**

Como consequência lógica da alteração legislativa (Tópico 1), o RITJAC deve ser adaptado para inserir o mecanismo regimental que permita à Vice-Presidência solicitar e utilizar o auxílio de magistrados convocados.

A proposta de Emenda Regimental (Anexo II) cumpre essa função ao incluir a Vice-Presidência no § 4º

10



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

do art. 361 (assegurando as mesmas regras de prorrogação da Presidência e Corregedoria) e ao adicionar o inciso VI ao art. 362 (conferindo ao Vice-Presidente a atribuição regimental de solicitar a convocação).

### 3. DISPOSITIVO

Pelo exposto, voto pela aprovação integral das duas propostas normativas apresentadas:

**Projeto de Lei Complementar Estadual**, que altera a Lei Complementar Estadual nº 221/2010, para incluir a previsão de convocação de juizes auxiliares para a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (Anexo I), a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Acre, juntamente com a Exposição de Motivos (Anexo II).

**Proposta de Emenda Regimental**, que altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para adequar as regras de convocação e prorrogação de juizes auxiliares às normas do Conselho Nacional de Justiça e incluir a previsão de convocação para a Vice-Presidência (Anexo III).

**É como voto.**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

ANEXO I

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

Altera Lei Complementar Estadual altera a Lei Complementar Estadual nº 221/2010, para incluir a previsão de convocação de juizes auxiliares para a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar Estadual:

Art. 1º Esta Lei Complementar Estadual altera a Lei Complementar Estadual nº 221/2010, para incluir a previsão de convocação de juizes auxiliares para a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Art. 2º A Lei Complementar Estadual nº 221/2010 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º.....

.....

§ 3º O Vice-Presidente poderá solicitar a convocação de até dois juizes de direito para auxiliá-lo nos trabalhos da Vice-Presidência.

Art. 70.....

§ 6º.....

V - o juiz auxiliar da Presidência, da Vice-



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo**

Presidência ou da Corregedoria Geral, quinze por cento do respectivo subsídio; (NR)''

Art. 3º Esta Lei Complementar Estadual entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-AC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Anexo II

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre,**

A Presidência do Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 54, da Constituição Estadual, submete a essa Augusta Casa de Leis projeto de alteração parcial da Lei Complementar Estadual nº 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre.

A proposta visa modificar a referida norma, de modo a incluir em sua redação a possibilidade de convocação de juízes de direito para auxílio administrativo aos trabalhos da Vice-Presidência deste Tribunal.

Tal desiderato fundamenta-se na necessidade de adequar nossa legislação estadual à Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, do Egrégio Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O art. 9º, *caput*, da referida Resolução, que disciplina a convocação de magistrados para auxílio à gestão dos tribunais, autoriza textualmente a designação

**13**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE**  
**Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo**

de até dois (2) juízes para a Vice-Presidência.

Atualmente, a Lei Complementar Estadual nº 221/2010 é omissa quanto a essa faculdade, prevendo tal possibilidade apenas para a Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça.

A medida está consentânea com o princípio da eficiência administrativa (art. 37, CF). A Vice-Presidência deste Tribunal acumula atribuições de elevada complexidade e responsabilidade estratégica, que vão além da mera substituição do Presidente. Destaca-se a competência para exercer o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário, bem como a coordenação de estruturas vitais como o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUPAC) e o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Acre (CIJAC).

Ressalta-se que a propositura encontra-se devidamente instruída com estudo de impacto e disponibilidade orçamentária e financeira, não havendo óbice à sua implementação.

A alteração legislativa proposta confere, portanto, o indispensável fundamento legal para que a Vice-Presidência possa contar com a mesma estrutura de apoio já facultada aos demais órgãos de direção (Presidência e Corregedoria), alinhando o Poder Judiciário Acreano às diretrizes nacionais e dotando a Vice-Presidência dos meios necessários para o eficaz desempenho de suas múltiplas atribuições.

Essas, senhor Presidente, são as razões pelas quais o Poder Judiciário, visando ao aperfeiçoamento da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

legislação e da estrutura administrativa, propõe a alteração da Lei Complementar Estadual nº 221, de 30 de dezembro de 2010.

Convicto de que Vossa Excelência haverá de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito-lhe a valiosa colaboração no sentido de dar andamento a este projeto no âmbito da Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço.

Rio Branco-AC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Desembargador **Laudivon Nogueira**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

ANEXO III

**EMENDA REGIMENTAL Nº XX, DE XX DE XXXXX DE 2025**

Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para adequar as regras de convocação e prorrogação de juizes auxiliares às normas do Conselho Nacional de Justiça e incluir a previsão de convocação para a Vice-Presidência.

**O TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do Regimento Interno à Resolução nº 72/2009 do Conselho Nacional de Justiça;

**CONSIDERANDO** o princípio constitucional da

**15**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

eficiência administrativa;

**CONSIDERANDO** a importância de aproveitar a experiência administrativa acumulada pelos magistrados;

**CONSIDERANDO** a necessidade de prever expressamente no Regimento Interno a possibilidade de convocação de juizes auxiliares para a Vice-Presidência, conforme autorizado pela Resolução CNJ nº 72/2009;

**CONSIDERANDO** o que consta nos autos do Processo Administrativo SEI nº 001104-14.2025.8.01.0000 e do Processo Administrativo SAJ nº 0102039-03.2025.8.01.0000,

**RESOLVE:**

Art. 1º Esta Emenda Regimental altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, para adequar as regras de convocação e prorrogação de juizes auxiliares às normas do Conselho Nacional de Justiça e incluir a previsão de convocação para a Vice-Presidência.

Art. 2º O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 361.....  
.....

§ 4º As convocações para exercício das funções de juiz auxiliar da Presidência, da Vice-Presidência ou da Corregedoria poderão ser prorrogadas para o próximo biênio pela nova gestão do Tribunal, observados os parâmetros estabelecido em resolução do Conselho Nacional de Justiça sobre a matéria. (NR)

§ 5º Revogado.

Art. 362.....

16



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça - Tribunal Pleno Administrativo

.....

VI - solicitar a convocação de juizes de direito para auxiliá-lo nos trabalhos da Vice-Presidência, nos quantitativos definidos em lei."

Art. 3º Esta Emenda Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-AC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

## DECISÃO

Conforme consta da Certidão de Julgamento, a decisão foi a seguinte:

\_\_\_\_\_  
"DECIDE O TRIBUNAL, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE EMENDA REGIMENTAL, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA E DAS MÍDIAS DIGITAIS ARQUIVADAS."

\_\_\_\_\_  
Participaram do julgamento os Desembargadores Regina Ferrari, Laudivon Nogueira, Júnior Alberto, Elcio Mendes, Luís Camolez, Lois Arruda, Samoel Evangelista, Francisco Djalma, Denise Bonfim, Nonato Maia, Waldirene Cordeiro e Roberto Barros.



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 23

"Altera a Lei Complementar Estadual nº 221/2010, para incluir a previsão de convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre."

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar Estadual:

Art. 1º Esta Lei Complementar Estadual altera a Lei Complementar Estadual nº 221/2010, para incluir a previsão de convocação de juízes auxiliares para a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Art. 2º A Lei Complementar Estadual nº 221/2010 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º.....

§ 3º O Vice-Presidente poderá solicitar a convocação de até dois juízes de direito para auxiliá-lo nos trabalhos da Vice-Presidência.

Art. 70.....

§ 6º.....

V o juiz auxiliar da Presidência, da Vice-Presidência ou da Corregedoria Geral, quinze por cento do respectivo subsídio; (NR)"

Art. 3º Esta Lei Complementar Estadual entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, xx de xx de xxx, xxx da República, xxx do Tratado de Petrópolis e xxx do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli  
Governador do Estado do Acre.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA, Presidente do Tribunal**, em 24/11/2025, às 06:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2265228** e o código CRC **1A045C76**.

---





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE  
Assessoria Jurídica da Presidência

Número do Processo: 0011104-14.2025.8.01.0000

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre,

A Presidência do Tribunal de Justiça, com fundamento no artigo 54, da Constituição Estadual, submete a essa Augusta Casa de Leis projeto de alteração parcial da Lei Complementar Estadual nº 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre.

A proposta visa modificar a referida norma, de modo a incluir em sua redação a possibilidade de convocação de juizes de direito para auxílio administrativo aos trabalhos da Vice-Presidência deste Tribunal.

Tal desiderato fundamenta-se na necessidade de adequar nossa legislação estadual à Resolução nº 72, de 31 de março de 2009, do Egrégio Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O art. 9º, caput, da referida Resolução, que disciplina a convocação de magistrados para auxílio à gestão dos tribunais, autoriza textualmente a designação de até dois (2) juizes para a Vice-Presidência.

Atualmente, a Lei Complementar Estadual nº 221/2010 é omissa quanto a essa faculdade, prevendo tal possibilidade apenas para a Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça.

A medida está consentânea com o princípio da eficiência administrativa (art. 37, CF). A Vice-Presidência deste Tribunal acumula atribuições de elevada complexidade e responsabilidade estratégica, que vão além da mera substituição do Presidente. Destaca-se a competência para exercer o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário, bem como a coordenação de estruturas vitais como o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUPAC) e o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Acre (CIJAC).

Ressalta-se que a propositura encontra-se devidamente instruída com estudo de impacto e disponibilidade orçamentária e financeira, não havendo óbice à sua implementação.

A alteração legislativa proposta confere, portanto, o indispensável fundamento legal para que a Vice-Presidência possa contar com a mesma estrutura de apoio já facultada aos demais órgãos de direção (Presidência e Corregedoria), alinhando o Poder Judiciário Acreano às diretrizes nacionais e dotando a Vice-Presidência dos meios necessários para o eficaz desempenho de suas múltiplas atribuições.

Essas, senhor Presidente, são as razões pelas quais o Poder Judiciário, visando ao aperfeiçoamento da legislação e da estrutura administrativa, propõe a alteração da Lei Complementar Estadual nº 221, de 30 de dezembro de 2010.

Convicto de que Vossa Excelência haverá de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito-lhe a valiosa colaboração no sentido de dar andamento a este projeto no âmbito da Augusta Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço.

Desembargador Laudivon Nogueira  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Rio Branco-AC, 21 de novembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA, Presidente do Tribunal, em 24/11/2025, às 06:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2265231** e o código CRC **4BD63CA9**.